

## ***NOSSAS MÃES NUNCA SE VIRAM***

---

**EDSON CARVALHO VIDIGAL\***

*Membro da Academia Maranhense de Letras*

Nossas mães nunca se viram mas desde que nos conhecemos, há trinta e oito anos, ficamos amigos, quase irmãos.

Não irmandade de pipa, de gude, de copo, de bola, de colecionar minhoca ou de trepar em árvores nas beiras de rio onde houvesse mulher nua. Nem de troca - troca.

Essas cumplicidades, aliás, - dizem - superam irmandades, mesmo as consangüíneas. Cristalizam amizades fortes, imorredouras, às vezes perigosas e até inexplicáveis, como algumas por aí.

Entre nós nunca teve disso. Quando nasci, ele já estava no mundo há catorze anos. Muito mais que isso - na vida, bem mais à minha frente. Diferença de idade que nem sempre fez muita diferença.

Testemunhas e vítimas de um mesmo tempo, quando a democracia no Maranhão era uma miragem, as liberdades públicas um sonho distante, nossa amizade se cristalizou forte nos guetos e trincheiras coligadas das Oposições. Continuamos parceiros nos mesmos ideais de justiça social, progresso e paz. Vivendo exemplos de sacrifícios e de bem querer ao Maranhão.

A estrutura de poder político, imbatível, nutria-se no atraso. Mazelas espriadas, violências e roubos impunes, marasmo administrativo, estagnação econômica, coação fiscal, perseguição oficial, mandonismo, só havia uma verdade – a do poder.



\*Ministro do Superior Tribunal de Justiça, a partir da Constituição de 1988.

O maior empregador era o Estado. O comércio dependia do Estado. A indústria dependia do Estado. Até para transportar babaçu pela estrada de ferro dependia-se de algum pistolão do Estado. Ou seja, o Estado era tudo. E quem era o Estado? Eles, os mesmos, aboletados há décadas no Governo, sendo maioria maciça nos Tribunais, nas bancadas do Congresso Nacional, da Assembléia Legislativa, das Câmaras Municipais, nas Prefeituras.

O Governador podia tudo. Nomeava Juiz, Promotor, Coletor, Delegado de Polícia, Inspetor de Quarteirão, Diretora de escola, Professora, Bedel, Vigia, Merendeira, ainda que não houvesse merenda. Até professor de grego, contam, sem que houvesse grego no curso do Liceu. Falar em concurso público era vitupério, era ofensa grave à elite de analfabetos políticos, todos muito dignos, dizem, que faziam aquilo tudo por razões só explicadas pela antropologia cultural.

Quem não estivesse satisfeito, que silenciasse. Quem discordasse, que entregasse o lombo à taca. Fosse para a Oposição ou embora do Estado. Muitos silenciaram ou foram embora. Alguns, como Tribuzi e eu, conheceram o cárcere, a humilhação do desemprego e da fome, a discriminação ideológica.

Contra tanta arrogância política e indiferença social, contra aqueles séquitos de áulicos, apaniguados em tantos privilégios, movia-se um combate sem tréguas. Homens e mulheres, de todas as idades, mantinham-se na resistência, desde quando a vitória perdeu-se de Saturnino Bello.

Ligadas em João Lisboa, um dos nossos profetas, leais à luta do Povo que, querendo o fim das bandalhas no Poder, as Oposições Coligadas varavam décadas protestando de todas as maneiras - nos discursos de Lino Machado, nos editoriais de Erasmo Dias, nas denúncias de Neiva Moreira,

nos recursos eleitorais de Clodomir Milet, na resistência gandhiana de Henrique La Rocque, na bravura cívica de Alexandre Costa.

O Maranhão era o campo de concentração da democracia.

Acumulava não apenas os mais baixos processos políticos e administrativos do País. O potencial energético, em todo o Estado, era de apenas 7.500 kws – o equivalente à metade do que consumia á época um único edifício, o Avenida Central, no Rio de Janeiro.

Não havia nenhum quilômetro de estrada asfaltada; as estradas estratégicas, indispensáveis ao desenvolvimento não existiam sequer nos mapas; o porto do Itaqui era uma caveira de burro enterrada à beira-mar e, por isso, era encantado, ninguém conseguia tocar adiante. Nem Jânio Quadros, que mandou as primeiras estacas e pouco depois renunciou à Presidência da República.

Havia apenas um ginásio estadual – o velho Liceu na capital e o ensino primário, em todo o Estado, alcançava apenas 58% da população em idade escolar; 98% dos maranhenses não conheciam água encanada, nem sistemas de esgoto; havia apenas um médico para cada 120 mil habitantes e um leito hospitalar para cada 5 mil; no interior do Estado havia apenas um posto médico; nem se falava em telecomunicações. O correio mais eficaz era um programa de rádio, na Difusora, “Correio do Interior”, pelo qual as pessoas se comunicavam. Mas, a TELMA, empresa de telecomunicação do Estado, chegou muito antes da EMBRATEL.

Eis que a erosão do regime militar, ao qual se aliou, de pronto, o mandonismo local, abriu crateras enormes desmoronando pilastras e afundando ribanceiras, restando às Oposições pouco chão firme para o prosseguir da mesma luta. Cassações, prisões, exílios, processos intermináveis, tudo contra os nossos. Os deles, diziam, nunca foram

subversivos; nem corruptos eram. O Estado ficou aquilo, ilha de medo, um deserto de homens de idéias.

A última esperança tinha trinta e cinco anos de idade e um bigode forte, que nem o do Zequinha, sobre um sorriso largo. Casado com uma mulher bonita, leve, solta, politizada, ativa, três filhos, uma menina, dois meninos, muitos irmãos, família unida, a esperança tinha (e ainda tem) uma mãe dessas que todo mundo quer ter, mãe bondosa, olhos de santa, daquelas perante as quais as graças alcançadas são eternas. A esperança tinha uma sogra, sóbria, altiva, que sabia se abrir, o coração para a solidariedade e a casa para o repouso e os conchavos.

Os milhões de excluídos, das barrancas do Tocantins às areias da Tutoia, de todas latitudes do Maranhão, tinham agora em quem se mirar, em quem confiar, por quem esperar.

Sobrevivente em seu espaço político e protegido, como sempre pelas artes e manipulações divinas, eis enfim nossa última esperança por nome José Sarney, em 1965, pronto e embalado para duas visíveis impossibilidades – vencer as eleições e liderar um Governo que mudasse tudo, para melhor, no Maranhão.

O primeiro desafio, vencer as eleições, lhe impôs prolongados exercícios de paciência, prudentes compromissos, inevitáveis dissimulações. A Oposição era plúrima como nessas guerrilhas fundamentalistas de objetivo único mas polvilhada de facções. Daí o plural – Oposições Coligadas. Se foi difícil mantê-la unida quando a vitória vestiu-se de possibilidades, mais difícil ainda seria governar.

A campanha foi uma festa, alegria geral, faltava dinheiro, sobrava criatividade. O imaginário popular inventou uma onça como anti-símbolo. Onça terrível, predadora, devorava tudo o que era bom, o povo

tinha que se ver livre daquele animal. Logo apareceu alguém num palanque, em Imperatriz, balançando uns dentes de onça num cordão e esbravejando – “Sarney, a onça não morde mais! Vai em cima e vamos tirar o couro dela.” O povão adorou.

Depois, um couro de onça estendido como bandeira de escola de samba sempre aparecia em todo comício. Os temas sérios nos discursos eram aliviados com parênteses engraçados. Quando alguém balançava os dentes da onça ou o couro da onça, a multidão delirava. Logo retomava grave e solene estendendo as mãos como se semeasse certezas – “A bandeira que me entregaram eu não a deixarei cair no campo de luta; hei de colocá-la vitoriosa no Palácio dos Leões”.

As eleições, no Maranhão, desde a Constituição Federal de 1946, terminavam sempre com o mesmo resultado – vitória do Governo. Provava-se que até defuntos haviam votado às dezenas de milhares, impugnações, recursos, uma luta árdua e no fim a frustração de sempre. Aquilo vinha se acumulando, há décadas. Apenas uma derrota foi admitida – a de Milet para Newton Bello, em 1960. Todas as outras eleições tinham sido ganhas. Vitórias sem proveito. Era o ganhou mas não levou.

A vitória com Sarney foi tão arrasadora que superou a soma dos concorrentes. Maioria absoluta. No Estado inteiro só se falava na festa da posse. O Brasil, ainda ocupado pelas invenções dos pecados e o Povo já se dando conta da invenção do perdão, mostrava interesse na novidade. A posse foi na avenida, mais de cem mil pessoas. Glauber Rocha, o gênio do cinema novo, filmou tudo e ainda aproveitou cenas de multidão, indisfarçáveis, para o seu clássico “Terra em Transe”, que assombrou o mundo no Festival de Cannes.

“Vendo o Maranhão agora, volto a acreditar no Brasil”. Quem disse foi Júlio de Mesquita Filho, dono de “O Estado de S. Paulo”. O

Maranhão, aos poucos, passou a ser referência positiva nacional. Exemplo do que devia ser feito, presença permanente em todos os fóruns, Sudam, Sudene, onde houvesse possibilidade de investimento lá estaria o Governador e seus jovens economistas. A média de idade no Governo era de 30 anos.

Apenas um septuagenário a desequilibrar aquela conta – Pedro Neiva de Santana, Secretário da Fazenda. Brincalhão, dizia que fora escolhido para cuidar do dinheiro e das contas públicas por causas de suas especialidades – oftalmologista e legista. Nada disso. Era reserva moral no Estado, fora Professor de Sarney na Faculdade de Direito, tinha credibilidade.

Foi difícil manter aquelas facções históricas unidas no trabalho, tendo que fazer concessões às bases de apoio mas sem trair a plataforma de combate à politiquice e à politicalha, sem perder o ritmo das mudanças e a principal delas era a mudança da mentalidade política, a grande obra sem placa.

Resolveu-se, então, que as Oposições não seriam Governo. Assumiriam o Governo mas continuariam se opondo – agora ao atraso, à corrupção, ao analfabetismo, às endemias, à falta de leitos hospitalares, à violência nos campos, ao inchaço das cidades, a todos os deficits. O discurso colou e os aliados gostaram tanto que a Oposição institucional, a que havia perdido as eleições, foi perdendo espaço. O que, a longo prazo, a meu ver, data vênia, não foi bom. Nenhum Estado se desenvolve sadio, transparente, se não houver uma Oposição aguerrida, atuante, independente. Ainda que não tenha razão.

Quando renunciou a um ano do mandato de Governador para, contrariando ordens da ditadura, se eleger Senador, Sarney saiu carregado do Palácio dos Leões, em alegre procissão. O Maranhão não era mais o mesmo, mudara para sempre o seu destino. Vivia a liberdade e o progresso.

Seu povo já conhecia os direitos e vantagens do regime político ideal, definido por Lincoln, “o regime do Povo, pelo Povo, para o Povo”.

O Maranhão não era mais aquele “mundo de surdos desesperados, na vasta paisagem abandonada”, como ele definiu, no começo. Já tinha ido para o museu da história aquele quadro mostrando a “mocidade desestimulada pelo sistema de pistolão, os homens de bem afastados pelo terrorismo de toda ordem, os incapazes no seu reino e glória”.

Os hospitais públicos chegavam a 13 e os postos de saúde no interior eram 32. O índice de incidência de malária baixou para menos de 8% e o de esquistossomose, a menos de 20%. Mais de 50 unidades de saneamento funcionavam. O investimento estadual em educação ascendeu a 500%, beneficiando mais de 400 mil crianças no ensino primário e mais de 40 mil jovens no ensino médio. Uma escola por dia, um ginásio por mês, uma faculdade por ano. Tudo estadual. A energia instalada aumentou em 85% e os 156 quilômetros de estrada carroçáveis ampliaram-se, melhoradas, para mais de 1.000, dos quais 500 asfaltados.

Mantém-se aí a infra-estrutura que possibilitou essa marcha sem volta para a justiça social e a liberdade em paz. Sem aquela vitória nas urnas, em 1965, ou seja, sem aquela geração de jovens loucos e poetas no Poder do Estado, nada disso estaria hoje aí – ferrovias de Carajás e Norte-Sul, portos do Itaqui e da Ponta da Madeira, siderúrgica, energia de Boa Esperança e de Tucuruí, rodovias S.Luís-Teresina; Presidente Dutra-Barra do Corda–Gajaú–Estreito; Miranda-Arari-Vitória-Santa Ines-Santa Luzia-Buriticupu-Açailândia-Imperatriz intergilando essa enorme e rica região, até então inacessível, ao Centro-Oeste através da espinha dorsal do País, a rodovia Belém-Brasília. Não haveria o maior celeiro de grãos do mundo, na região de Balsas.

A natureza contemplou o Maranhão com uma das maiores bacias hidrográficas do País. O trabalho daquela geração riscou matas e fez a integração com as estradas. E plantou novas cidades.

Não consigo imaginar José Sarney setentão. Talvez seja o meu inconsciente se recusando a admitir que eu também avanço na idade. Quando eu era menino, lembrando o apóstolo Paulo, fazia coisas de menino. Aprendi muito e ainda aprendo com Sarney. Na irmandade, um igual. Na amizade, zeloso. Gerenciando minhas dificuldades pessoais, no lugar de meu pai; um conselheiro terno, um cobrador severo. Ah doutô Sarnê!

Fui seu Secretário no Governo do Estado, seu Assessor Especial na Presidência da República. No fim da tarde de 3 de outubro de 1985, ele chamou o Coronel Albérico Barroso ao seu gabinete. Barroso saiu com uma missão especial – convocar o Capelão do Palácio, o Cônego Raphael, para rezar uma missa depois do expediente, na Capela do Alvorada. Convidados só dois – o Ministro Carlos Madeira e eu. Éramos ali as referências mais próximas daqueles vinte anos, desde a grande vitória, que Sarney discretamente queria celebrar.

Terminada a liturgia, como se convocasse as alegrias de ontem, disse que em sua vida pública nada o emocionara tanto quanto aquela campanha eleitoral e aquele Governo no Maranhão. Tinha sido a sua única grande aventura que o realizara em sonhos e paixão.

Manda brasa, Sarney.